

A linguagem inclusiva como desobediência à gramática

Suponhamos que vejo diante de nós uma rapariga de modos masculinos.

Um ente humano vulgar dirá dela, “Aquele rapariga parece um rapaz”. [...] Outro ainda, igualmente consciente dos deveres da expressão, mas mais animado do afecto pela concisão, que é a luxúria do pensamento, dirá dela, “Aquele rapaz”. Eu direi, “Aquele rapaz”, violando a mais elementar das regras da gramática, que manda que haja concordância de género, como de número, entre a voz substantiva e a adjectiva. E terei dito bem; terei falado em absoluto, fotograficamente, fora da chateza, da norma, e da quotidianidade. Não terei falado: terei dito. [...] Obedeça à gramática quem não sabe pensar o que sente.

Fernando Pessoa, *Livro do desassossego*

Por isso cada palavra diz o que diz e ainda mais e outra coisa.

Alejandra Pizarnik, “A palavra que cura”

A partir de que lugar? Em que contexto se pode falar de linguagem inclusiva? Não enquanto representante do Outro, fazendo uma série de prescrições sobre como falar. Não é esse o caminho para dar voz àquelas/àqueles/àquelus que não têm. No entanto, se entendemos a psicanálise como prática crítica, precisamos tomar uma posição. E isso é algo que se faz na língua. Porque nós, as/os/es psicanalistas, sabemos que os corpos são marcados, classificados e penetrados pela língua.

A língua é “fascista”, declarou Barthes (2007, p. 54) na aula inaugural da cadeira de semiologia literária no Collège de France em 1977. A língua oprime não pelo que impede de dizer, mas pelo que obriga a dizer, e tal obrigação se relaciona ao poder.

Esse objeto em que se inscreve o poder, desde toda a eternidade humana, é a linguagem – ou, para ser mais preciso, sua expressão obrigatória: a língua. A linguagem é uma legislação, a língua é seu código. Não vemos o poder que reside na língua, porque esquecemos que toda língua é uma classificação, e que toda classificação é opressiva.¹ (p. 53)

A língua elimina os singulares, é um conjunto de signos que classificam e, com isso, produzem estereótipos. Barthes dizia que o único modo de se libertar dessa língua imposta é buscando

refúgio na literatura, onde praticamente tudo vale. Foi isso o que fez Julio Cortázar em *Histórias de cronópios e de famas* (1962), inventando algumas palavras e resignificando outras. Mas isso acontece na literatura, não nas singularidades falantes, singularidades colonizadas pela língua. A gramática segmenta, ordena, categoriza, atribui identidade. As línguas codificam os preconceitos raciais, os preconceitos sexuais, todos os preconceitos que nós, seres humanos, temos. O masculino genérico – por exemplo, o uso de *todos* para se referir a todas as pessoas num auditório, independentemente de gênero e sexo – funciona como se fosse uma categoria sem marca de gênero. Falantes de línguas como o espanhol têm esse padrão gramatical, e a recodificação linguística pode levar dezenas de anos. Karina Galperín (2022) observa que o uso de algumas formas de linguagem inclusiva tem origem em vários mal-estares registrados na sociedade:

O que costumamos chamar de linguagem inclusiva não é uma coisa só. Denominamos de “linguagem inclusiva” cinco ou seis variantes com características distintas: desdobramento do masculino genérico, terminação em @, em x, em e. Algumas dessas variantes estão dentro das normas atuais da língua (as duas primeiras) e as outras não. (p. 226)²

A presença cada vez maior de mulheres e de identidades sexuais não cis-hétero-normativas no âmbito público produz mudanças na realidade que causam incômodo, que demandam adaptação da língua para ser mais precisa ao nomear. Galperín também se refere a um uso de *cortesía* na mudança das fórmulas com que começamos um discurso: “Bom dia a todas, todos e todes”. Parece que cada vez mais pessoas consideram respeitoso marcar o reconhecimento através da língua. A adoção do inclusivo por cortesía acontece fora dos grupos militantes. Isso porque é de bom-tom, cortês, correto e respeitoso chamar os outros da maneira como querem ser chamados. Podemos associar esse uso de cortesía com uma dimensão ética no uso da linguagem inclusiva? Segundo Graciela Frigerio (2008), “os criadores do cotidiano tornam as palavras em palavras que capacitam ou condenam” (p. 58).

S. Kalinowski (Feria de Editores, 2019) introduz a dimensão política: a linguagem inclusiva se apresenta explicitamente fora das regras do sistema, é agramatical, sendo criada para corrigir algo que está na língua, sob a hipótese de que o masculino genérico seria o eco gramatical de um ordenamento ancestral da espécie, que é androcêntrico e patriarcal. De maneira semelhante ao que dizia Barthes da literatura, a linguagem inclusiva é um fenômeno retórico, uma provocação à gramática, uma intervenção calculada e projetada com o objetivo explícito de produzir um efeito no público: deixar visível a persistência de uma injustiça na sociedade. A sociedade se modifica com a simples intervenção da língua? Não, mas a ideia é tornar as pessoas conscientes da persistência de uma injustiça, é criar um consenso que permita incluir na pauta política temas relacionados à ampliação de direitos, como as leis de identidade de gênero. Nesse sentido, a linguagem inclusiva, como configuração discursiva da luta política por igualdade de gênero e visibilidade das diversidades sexuais, desempenha um papel político. Por isso, não se pode impor seu uso, mas também não se pode proibi-lo, porque não tem a ver com correção ou incorreção linguística. Sabemos que não é gramaticalmente correta porque todos nós, falantes do espanhol, compartilhamos uma gramática que está em nossa mente, cujas regras têm expressões de gênero

* Asociación Psicoanalítica Argentina.

1. N. do T.: tradução de L. Perrone-Moisés. A tradução da citação está na p. 12 de: Barthes, R. (2004). *Aula*. Cultrix.

2. A Real Academia Espanhola (RAE) aceita o desdobramento do masculino genérico. Contudo, cada vez que escrevo “os meninos e as meninas”, o corretor do Word me diz que é redundante e sugere concisão.

que usamos no dia a dia. É assim que habitualmente falamos e escrevemos. Todavia, cada vez que utilizamos um marcador de gênero inclusivo, mesmo que apenas em um parágrafo, produzimos um efeito de interpelação.

De que modo a linguagem inclusiva interpela? Alain Badiou (2008) diferencia o *in-existente* do *nada*. O inexistente não é o nada, mas uma forma singular de existência em grau mínimo, quase como potência, como pura virtualidade. No livro *Dysphoria mundi* (2022), Preciado diz que as batalhas políticas são lutas pela existência de distintos in-existentes.

Nesse sentido, a política é uma atividade de ontologia-ficção: a arte de inventar a existência do in-existente, ou de fazer com que um in-existente que passava por natural deixe de existir. Essa luta pela existência dos in-existentes continua hoje não só nos projetos de desnaturalização da raça e da diferença sexual, mas também na definição das modalidades de (in)existência de novos simbioses históricos. (p. 214)

Inventar a existência do in-existente como política não é uma política da identidade. Abrir espaço na língua, interpelar a partir da língua como fenômeno retórico, não se confunde com um pensamento da identidade com categorias totalizantes. Sabemos que, na identificação com o “eu sou isto”, a tentativa é de capturar uma singularidade na gramática. Nós, psicanalistas, abrimos espaço para o devir identitário de cada sujeito singular. Somos confrontados com uma tensão paradoxal entre o reconhecimento “cortês” de como cada um se vê e a aposta no desdobramento de suas possibilidades enunciativas, unindo o “eu sou isto” à implicação, ao desejo e à alteridade.

Referências

Badiou, A. (2008). *Pequeño panteón portátil*. Brumaria.
Barthes, R. (2007). Lección inaugural. Em R. Barthes, *El placer del texto y Lección inaugural*. Siglo XXI.
Cortázar, J. (1962). *Historia de cronopios y de famas*. Minotauro.
Feria de Editores. (2019, 22 de agosto). *La lengua en disputa: Beatriz Sarlo y Santiago Kalinowski: modera Cecilia Fanti* [vídeo]. YouTube. <https://bit.ly/3WtAVyf>
Frigerio, G. (2008). *La división de las infancias*. Del Estante.
Galperín, K. (2022). Diálogo con Karina Galperín. *Moción*, 38.
Preciado, P. B. (2022). *Dysphoria mundi*. Anagrama.

Tradução do espanhol: Ricardo Duarte

Calibán -
RLP, 21(1),
179-189
2023

Entrevista com Emília Bouzada* e Mylene Cristina Santiago**

O mal-estar diante do preconceito linguístico***

Cecília Moia: Como veem a questão da linguagem inclusiva no Brasil?

Emília Bouzada: Penso que a questão da linguagem inclusiva passa pela questão do gênero e da identidade. Posso unir um pouco a minha prática com a temática da juventude, que trabalha com questões de gênero e sexualidade. E, para os jovens, isso é uma coisa muito fácil. Acho que para nós, como profissionais na atualidade, temos que fazer uma outra escuta, uma “escuta diferenciada”, até mesmo uma escuta decolonial, uma escuta do que podemos ouvir deles, dos jovens.

É um mundo completamente mais complexo; complexo no sentido de que para eles não é um problema. Talvez seja um problema para nós. Mylene e eu intitulamos o encontro “Linguagem inclusiva: O desconforto diante dos preconceitos linguísticos”. Acho que esse é exatamente o preconceito linguístico, o desconforto que causa nos jovens de hoje, como acontece com a sexualidade binária: é masculino ou feminino? E há uma adolescente no vídeo que diz: “Por que eu preciso definir meu gênero?”. O trabalho que faço com adolescentes em uma escola pública foi o meu trabalho de dissertação. Porque foi exatamente isso que eu pedi para eles; colocarem em uma produção que eles fizeram, o nome e o sexo. E uma das pessoas/jovens me perguntou: “Eu tenho que dizer se eu sou um homem ou uma mulher?”. Isso foi muito importante para mim como pesquisadora. E foi algo muito significativo. Acho que é isso o que causa desconforto entre os jovens de hoje, e tive que desconstruir minha escuta como psicopedagoga e como educadora. Acho que é também isso que acontece na psicanálise. Participo de alguns grupos psicanalíticos, do estudo à psicanálise, e temos observado isso. Uma psicanálise decolonial, uma educação decolonial.

C. M.: Então, você destacaria a ideia de uma desconstrução, também do discurso da psicanálise?

E. B.: Sim, sim, uma desconstrução que eu acho que é uma desconstrução para uma transformação. De acolhimento a esses assuntos.

C. M.: E isso não aconteceria, em princípio, apenas por causa da linguagem inclusiva.

* Pesquisadora da Universidade Federal Fluminense.
** Professora do Departamento de Educação e Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense.
*** Entrevista realizada por Cecilia Moia e José Galeano.